



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   09   2009	15h30min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 73ª  
(SEPTUAGÉSIMA TERCEIRA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
DE 2 DE SETEMBRO DE 2009.**

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Há número regimental. Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Quero cumprimentar as pessoas que estão na galeria, do condomínio Estância Quintas da Alvorada, por causa de veto a artigo do PDOT a ser apreciado. Está na pauta.

Nós pedimos a todos os Deputados que se encontram nas dependências da Casa que venham ao plenário, bem como às assessorias dos demais que liguem para S.Exas., porque o povo está esperando que venham apreciar os vetos.

Convido o Deputado Bispo Renato a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 162 - Suplemento, de 09/09/2009, juntamente com a ata sucinta da 73ª Sessão Ordinária.)

Leitura da ata da sessão anterior.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   09   2009	15h30min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO BISPO RENATO – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observações a seguinte:

- Ata da 70ª Sessão Ordinária.

Dá-se início ao

#### PEQUENO EXPEDIENTE

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Bloco Parlamentar Democrático Progressista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres pares, imprensa, saúdo todos, e a galeria que está aqui brigando pelos seus direitos. Esta é a Casa do povo. Sejam todos bem-vindos.

Sr. Presidente, quero ocupar esta tribuna hoje – e desde já agradeço a generosidade do nosso Líder, Deputado Rogério Ulysses – para falar de um assunto muito ligado a mim no que se refere ao local onde moro e à categoria a que pertença.

Na última quinta-feira, enquanto estávamos na “Câmara mais perto de você” na cidade em que resido, Planaltina, fomos surpreendidos com a triste notícia do sequestro de um jovem, filho de um empresário da nossa cidade, uma pessoa dedicada, extremamente voltada para nossa cidade. Isso nos entristeceu muito.

Para não prejudicarmos o trabalho que deveria ser feito, todos nós nos omitimos na tribuna – ele possui muitos amigos na Casa. Todos nós seguramos a nossa emoção, a nossa preocupação, porque todos os Parlamentares que sabiam do caso, como também a comunidade e a família, depositaram sua confiança, em primeiro lugar, em Deus e, depois, no excelente trabalho realizado pela nossa Polícia Civil, em especial pela Divisão de Repressão a Sequestro – DRS. Temos que aplaudir. Acabamos todos nos segurando por conta disso.

Felizmente, na tarde de ontem, como já foi noticiado em todos os jornais, tivemos a grata satisfação de saber da solução desse sequestro realizado em Planaltina. Uma ação estudada, uma ação feita com conhecimento técnico apurado peculiar à Polícia Civil do Distrito Federal, em especial à DRS, um trabalho feito com a família, com a tecnologia e com a Inteligência da Polícia Civil.

Mas ocupo esta tribuna para dizer que isso não é novidade – está aqui o nosso nobre Deputado Milton Barbosa, que durante um bom tempo foi Diretor da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   09   2009	15h30min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

Polícia Civil, e pode comprovar isso. Para se ter ideia, os dados da Polícia Civil mostram que 100% dos sequestros no Distrito Federal são elucidados. Isso só mostra a qualidade do nosso corpo técnico, dos policiais civis. Mesmo com dificuldades de planejamento, de reposição de efetivo, como foi salientado nesta tribuna ontem pelo Deputado Milton Barbosa, a DRS, com a sua qualidade, a sua capacitação, a sua competência, tem prestado ao Distrito Federal um serviço extraordinário, sobretudo numa questão tão delicada como a de um crime hediondo, que mexe tanto com a cabeça das pessoas.

Na ação de ontem, o refém foi salvo sem nenhum tipo de problema, do ponto de vista físico. Uma ação perfeita. Infelizmente, os delinquentes não foram salvos na situação, mas o propósito de salvar o refém e preservar a vida do policial foi cumprido integralmente.

Então, Sr. Presidente, V.Exa. sabe que teria de me ausentar hoje, e até comunico que devo estar ausente da Câmara Legislativa por alguns dias em função de uma cirurgia, mas não pude deixar de vir à tribuna parabenizar a Polícia Civil do Distrito Federal e a Divisão de Repressão ao Sequestro por mais uma ação brilhante realizada no âmbito do Distrito Federal, dando aos cidadãos a qualidade e a certeza de que a Polícia Civil, assim como nossos outros membros, está em perfeita sintonia com a qualidade, com a inteligência e com a capacidade que a nossa população requer.

Assim sendo, os meus votos de parabéns a toda a equipe, à Polícia Civil, enfim, a toda a comunidade do Distrito Federal que pode contar com esse órgão brilhante na elucidação desses crimes de sequestro. No Distrito Federal é 100% de solução, e com certeza permanecerá assim devido a esses nobres colegas que dedicam sua vida para salvar a vida do próximo.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e uma boa tarde a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Naves.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o pessoal da galeria está me ouvindo bem? Sejam bem-vindos à Casa do povo. Eu vou me pronunciar daqui a pouco sobre vocês, mas antes de qualquer coisa, saibam que o meu voto está com vocês, com certeza.

Eu tenho vários amigos no Condomínio Estância Quintas da Alvorada, o único que está sendo prejudicado. Está registrada a minha posição. Vocês estão de parabéns, muito obrigado por estarem aqui. Vocês terão uma surpresa boa hoje aqui, com certeza terão. Recebi um sinal positivo do Deputado Rôney Nemer. A Deputada Eurides Brito, Líder do Governo, fez um sinal de positivo, então vocês estão de parabéns. Daqui a pouco haverá a votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   09   2009	15h30min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Eu queria falar sobre a questão da violência, Deputado Milton Barbosa, e gostaria de cumprimentar a Polícia Civil devido ao dia de ontem. Um brilhante trabalho da Polícia Civil, que colocou para correr 3 marginais tirando-os de circulação – 3 sequestradores! Hoje estará em todos os jornais, se já não estiver, porque não vi os jornais de hoje, que sequestraram um cidadão, trabalhador, empresário, e a Polícia Civil, desde sexta-feira, com o seu setor de inteligência, conseguiu colocar a mão nos sequestradores, que trocaram tiros. Não adianta trocar tiro com a polícia. Deputada Erika Kokay, vem gente de fora para fazer treinamento com a polícia daqui. Então, bandido fala: “vou trocar tiro com a Polícia Civil”. Na hora em que pensou, caiu, morreu.

Então, é assim. Parabéns à Polícia Civil do Distrito Federal por ter tirado de circulação 3 bandidos, 3 marginais sem nenhuma qualificação; foram embora, partiram. Há uma linha que vai para um lado e uma linha que vai para o outro. Uns dizem que é o céu, outros dizem que é o inferno. No caso do bandido, vai ser lá debaixo do último mármore do inferno, com certeza. Ele vai para baixo, lá para aquele lugar.

Eu quero não só dizer isso, mas também dizer outra coisa que me preocupa muito. A Deputada Erika Kokay vai fazer um pronunciamento sobre o CAJE hoje, e pedi um aparte para a Deputada no dia de ontem. Nós precisamos entender que essa questão do menor é uma questão social, isso é família. Os bandidos que estão lá...

Eu sou contra esse Estatuto da Criança e do Adolescente, e sempre falei isso. Da mesma forma que eu, mesmo fazendo parte da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, nunca vi Direitos Humanos fazer nada para ninguém. Nunca vi ir à casa de um cidadão que perdeu um filho, uma pessoa que não conseguiu uma internação e que morreu. Ao mesmo tempo em que vi o Vice-Presidente José de Alencar correndo para os hospitais, lutando, um guerreiro. O Brasil está consciente disso, mas é o Vice-Presidente da República, tem recursos e tem dinheiro. Agora, imagine eu, imagine você, imagine o pobre. Se estivéssemos em tal situação, no primeiro dia de consulta já iríamos para o bebeléu. Foi embora, morreu.

Com os melhores especialistas do mundo. “Ah, não deu aqui, vamos para os Estados Unidos”. Vai cercando daqui, cercando dali, e S.Exa. continua lutando, mas e nós? Não, nós vamos continuar gritando, tentando e pedindo a Deus que nos deixe viver mais um pouco para cuidarmos da família. Lutando pelo nosso direito, igual vocês estão lutando pela Estância.

Eu vou conceder um aparte à Deputada Erika Kokay porque é uma denúncia séria, muito séria. É uma falta de responsabilidade dos 2 lados. Um, da família que permite que o filho se torne um marginal. Há família que permite? Claro, a educação do filho é do pai e mãe, ou não? Tanto é que está na lei. Seu filho casou, namorou,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   09   2009	15h30min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

não casou, separou. Aí, quem vai pagar a pensão alimentícia é o pai, a mãe, a avó. "Olha, ela tem 80 anos e está presa". O que foi? Pensão alimentícia do neto.

A responsabilidade maior é do pai, o pai que colocou o filho no mundo. Há ali um pai que está segurando uma criancinha, dando amor, está lá com a criança. É assim, pegamos com o maior carinho. Eu me lembro de uma vez que saí com o meu filho, quando ele tinha 3 anos de idade, debaixo de uma chuva. Eu estava morando naquela época em Montes Claros, quando nós implantamos a TV Montes Claros. Ele se acometeu de uma febre alta, e havia uma chuva enorme. Eu cobri meu filho, comigo eu não estava preocupado. Eu, correndo para o hospital, tentei fazer o carro funcionar. Com pobre, vocês sabem como é: na hora da emergência, nada funciona. Tentei fazer o carro funcionar, mas não pegou. Saí correndo, cheguei ao hospital molhado, e meu filho foi clinicado. Graças a Deus, não houve nada. Agora, a educação é nossa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Geraldo Naves, o tempo de pronunciamento de V.Exa. está esgotado.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, eu não consigo completar o meu pronunciamento. De repente, esse relógio corre mais do que a gente fala. Acho que está errado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Se V.Exa. quiser, mandaremos parar o relógio.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, eu prometo concluir em um minuto, mas tem jeito de V.Exa. parar o relógio?

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES – A Deputada Erika Kokay falou do CAJE. Eu acompanho o CAJE de perto. S.Exa. tem uma questão que é na parte da direção. Eu tenho uma questão quanto aos internos de 16, 17 e 18 anos, que são verdadeiros cavalos e monstros e não deveriam estar ali, deveriam estar na Papuda.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO GERALDO NAVES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Deputado Geraldo Naves, permita-me discordar, porque ninguém nasce infrator.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Acabei de falar, Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Deputado Geraldo Naves, não é só a família que educa. A sociedade também educa o ser humano. A pobreza, a carência e a precarização de políticas públicas também educam.

O perfil dos adolescentes que estão no CAJE é muito parecido. São de famílias de baixa renda, de pais e mães com empregos precários e de famílias, via de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   09   2009	15h30min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

regra, monoparentais. Mais de 90% desses meninos e adolescentes cursaram até a sexta série. Há um fenômeno: quase 99% utilizam drogas. Não há nenhuma política que possa se contrapor à droga e, ao mesmo tempo, não há tratamento para drogadição de adolescentes em Brasília.

Eu digo isso, mas venho aqui para falar de outro aspecto: existe hoje uma paralisação parcial dos servidores do CAJE.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Erika Kokay, V.Exa. pediu um aparte e, daqui a pouco, poderá falar nos Comunicados de Líderes.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Certamente. Quero apenas dizer, Deputado Wilson Lima – com certeza, é do seu interesse também –, que existe hoje uma paralisação parcial dos servidores do CAJE. E qual o motivo dessa paralisação? É que a chefe de plantão, servidora de carreira há décadas, que está naquela instituição por volta de 10 anos, foi abruptamente exonerada para que seu lugar fosse ocupado por uma pessoa de livre provimento, que não tem nenhuma história, nenhuma experiência com a instituição de internação de adolescentes infratores.

Os servidores se sentem inseguros porque o cargo de chefe de plantão, que portanto responde pela unidade durante os plantões, será assumido por uma pessoa nitidamente indicada, porque foi cabo eleitoral na campanha de 2006. Acho que os servidores têm uma dor muito grande por estarem fazendo uma paralisação parcial, mas fazem-na em defesa do Estado, em defesa da República. Representantes do sindicato me disseram que essa pessoa disse que o cargo tinha sido dado a ele pelo Governador e ele colocaria quem ele quisesse, independentemente de ter ou não experiência para ocupar essa função.

Sr. Presidente, estando V.Exa. na Presidência desta sessão, conclamo a fazermos gestões no sentido de preservar a instituição, para que seus cargos, cargos de extrema delicadeza, sejam preenchidos por pessoas que tenham capacidade técnica, que conheçam e possam mediar conflitos e não por uma pessoa que cai de paraquedas ou não, mas que entra na instituição pelas mãos de um político.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Agradeço o aparte da Deputada Erika Kokay.

Sr. Presidente, Deputado Wilson Lima, vou concluir, mas eu não poderia deixar de dizer que concordo com parte do que disse a Deputada Erika Kokay, mas discordo totalmente de outra parte. Vou explicar por quê.

Primeiro, S.Exa. vem falar que depende de política, de não sei o que, mas o PT não está fazendo nada nesta área. As prisões do Entorno estão assim, oh. Tem masmorra em Planaltina, tem doença venérea subindo pela parede em Luziânia, está tudo aos trancos e barrancos. Então, não venha me dizer que hoje depende disso ou daquilo.

Em primeiro plano, a educação compete ao pai e à mãe. Se não querem educar um filho, não o coloquem no mundo. Se vão colocar um filho no mundo, têm



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   09   2009	15h30min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

de ter responsabilidade até a maioria. Eu só acredito que combateremos a violência neste País a partir de um alto investimento do Governo Federal em educação e saúde. Só acredito nisso. Não adianta falar e criticar um governo, esse ou aquele. Isso tem de partir do Governo Federal. Portanto, a minha opinião é que só combateremos a violência no dia em que se investir em educação e saúde.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (Bloco Parlamentar Social Trabalhista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, cumprimento as pessoas de condomínios presentes e lhes digo que, como falou o Deputado Geraldo Naves, todos eles também terão o meu voto em qualquer circunstância.

Sr. Presidente, parabeno V.Exa., porque V.Exa., atento à importância do assunto que o Deputado Geraldo Naves abordou aqui, deixou-o alongar-se no tempo, exatamente 16 minutos. Peço também a complacência de V.Exa. em relação ao tempo, pois preciso abordar dois assuntos.

Quero parabenizar a nossa Polícia Civil, da qual tive a honra de ser o diretor geral. Dei-lhe autonomia por meio de lei desta Casa, e criamos lá também o laboratório de DNA, que tem importância no esclarecimento dos crimes.

Os Deputados Geraldo Naves e Cláudio Abrantes abordaram a libertação do jovem Elielson Souza Menezes, sequestrado quando estávamos em Planaltina. Sabíamos do sequestro, mas também sabíamos do êxito que a Polícia Civil teria na libertação desse jovem. Avaliem os senhores e analisem como quiserem: sem derramamento de sangue. A vítima, que foi subtraída de sua liberdade, voltou para casa apenas com fome, porque passou 5 dias sem comer, mas com a integridade física preservada.

Quem confrontou a lei teve o destino que a lei prevê. Quem está numa situação daquela está disposto a tudo e, na reação, evidentemente... A Polícia Civil, utilizando um dos institutos que a lei prevê, fez valer a sua autoridade.

Eu quero tranquilizar a sociedade brasileira. Ela pode aguardar, porque mais dia, menos dia, o triplo homicídio brutal será também esclarecido. Temos a melhor polícia que o Brasil podia ter. E, a cada dia, ela está se agigantando. Então, parabeno a Polícia Civil em nome dos servidores da Divisão Antissequestro e da Divisão de Operações Especiais.

Quero abordar um tema que considero, Deputada Erika Kokay, da mais alta gravidade. Em pleno século XXI este fato ainda ocorre na Capital da República. Como eu disse aqui ontem, eu me dei o direito de sair com minha esposa pela manhã, coisa que eu não fazia há mais de 3 meses, porque a atividade parlamentar é escravizante. Eu disse que havia almoçado no Park Shopping. Voltei à noite, para



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   09   2009	15h30min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

que ela pudesse tomar providências em uma loja em que havia efetuado uma compra, e ali eu fui cercado, Deputada Erika Kokay – a quem peço atenção, devido à gravidade do assunto –, por alguns funcionários do *shopping* que me disseram que estão proibidos, pela administração do *shopping*, de fazer higiene bucal, escovar os dentes, nos banheiros que servem também aos clientes. Estão proibidos! Isso é de uma discriminação abominável.

Eu acho, Deputada Erika Kokay, que a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar daqui, a Comissão de Direitos Humanos da OAB e a Procuradoria Geral do Trabalho deveriam se inteirar do assunto, porque o néscio que deu essa ordem não deveria atuar em nenhuma esfera de relacionamento com o trabalhador.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a decisão desse cidadão não é a primeira em Brasília. Deputada Erika Kokay, eu pesquisei, por meio da minha assessoria de imprensa, e descobri que em maio de 2002 a administração do Brasília Shopping também praticou ato de igual jaez, porque baixou uma medida nos seguintes termos: “Prezados clientes, com o objetivo de garantir conforto a todos os nossos clientes e usuários, neste ambiente é proibido realizar atos de asseio pessoal, tais como escovar os dentes, lavar-se na pia e secar o cabelo. Grato pela compreensão. A Administração”.

Então, não é novidade, repito, a atitude desse néscio do Park Shopping. Antes, em 2002, o Brasília Shopping já praticou medida desse nível, odiosa também, e foi obrigado a voltar atrás. Eu espero que o Park Shopping faça o mesmo porque a medida que adotou é odiosa, é nojenta. Por que o empregado ou a empregada de uma loja não pode escovar os dentes no banheiro que o cliente usa? É preciso que tomemos consciência disso e exijamos desse cidadão a revogação da medida.

Inclusive, Deputada Erika Kokay, os serviços que limpam os banheiros estão sendo obrigados a alcaguetar os trabalhadores que porventura forem apanhados escovando os dentes. E, caso não o façam, serão demitidos.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (Bloco Democrático Social Brasileiro. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de ser bem breve porque estamos recebendo a visita do pessoal da Estância Quintas da Alvorada. Agradecemos a presença de vocês. Quero dizer que a nossa Líder de Governo, Deputada Eurides Brito, o nosso Vice-Líder, Deputado Batista das Cooperativas, e todos os demais pares estão conscientes de que vocês estão lá ocupando aquela área, alguns já habitando e outros na expectativa de habitar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   09   2009	15h30min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Já houve uma reunião com vários Parlamentares desta Casa e com o Governador Arruda no intuito de achar uma solução viável para a regularização da situação de vocês. Esse é um trabalho em que esta Casa tem participado e não tem se furtado a discutir. Hoje estaremos reunidos para decidir sobre a manutenção ou derrubada dos vetos e acredito que está bem encaminhada a situação de todos vocês. Sairemos daqui vitoriosos, não só vocês, mas todos aqueles que efetivamente procuraram esta Casa de Leis no tocante ao Plano Diretor de Ordenamento Territorial.

Quero também aproveitar e parabenizar a Polícia Civil. Eu, particularmente, estive nesses últimos dias, Deputado Wilson Lima, na Divisão de Repressão a Sequestros, porque a pessoa que estava sequestrada é filho de um grande amigo meu. Inclusive, no dia anterior, quando saímos da sessão da Câmara Legislativa Itinerante em Planaltina, eu fui comer na *pizzaria* dele. Em seguida, houve o sequestro que acompanhamos *pari passu*.

Eu gostaria muito de parabenizar, Deputado Milton Barbosa, o trabalho fantástico que aquela equipe de repressão a sequestros fez. Eu não vou entrar em detalhes porque eles mesmos não gostam de comentar como conseguem ser tão eficientes e nunca perder uma vítima. Ontem, nós fizemos uma festa e alguém gritou: "Caiu!" Isso significou que conseguiram livrar o jovem Elielson. Depois, ele tocou sanfona para a gente, ainda meio abalado!

Quero parabenizar e agradecer a Polícia Civil porque, quando eu estive na reunião com o pessoal do condomínio, eu disse que estava com um problema muito grave com um filho de um amigo. Essa é uma situação muito difícil. Existe uma sensação de impotência, principalmente quando o bandido fala com o pai: "Você sabe o valor de um filho? Não regateie. Pague o que a gente está pedindo!". Essa é uma dor muito grande para quem tem e valoriza a família. Eu acho que só o Chico sabe pelo que passou.

Eu, o Deputado Aylton Gomes, o Deputado Berinaldo Pontes e o Deputado Cláudio Abrantes, que é morador da região também, acreditamos que a Polícia Civil fez um trabalho maravilhoso. Planaltina dormiu tranquila, porque contava o quarto sequestro. Em 2 casos, a família pagou sem a ajuda da polícia. Em outros 2, efetivamente, puderam contar com essa ajuda. Por isso, nós só temos, nesta Casa, que render homenagens àquela equipe que trabalha em um barracão, de forma tão precária, mas com muito amor à família. Eles, inclusive, tornam-se família daquela pessoa que está sequestrada.

Por isso, Deputado Milton Barbosa e Deputado Cláudio Abrantes, que são oriundos da Polícia Civil, quero parabenizar esse órgão porque fiquei encantado e impressionado com o calor humano, a receptividade, a seriedade e o respeito ao próximo que vi lá. É impressionante como eles, durante os 6 dias do sequestro – em alguns dias eu saí de lá uma hora da manhã –, sem contar nada do que estavam



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   09   2009	15h30min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

fazendo, trabalharam com carinho, compreensão, receptividade e, principalmente, calor humano.

Eu gostaria de agradecer ao Deputado Wilson Lima e ao nosso bloco essa oportunidade de falar aqui nos Comunicados de Líderes.

Criticamos muito quando deparamos com a violência. Eu espero que efetivamente nós tenhamos sempre a Polícia Civil como exemplo de uma das melhores polícias do mundo, senão a melhor!

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito.

DEPUTADA EURIDES BRITO (Como Líder do Governo. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assessores da Casa, comunidade que sempre nos prestigia aqui, nesta tarde eu quero dizer ao Deputado Milton Barbosa que fomos solidários com ele no momento em que S.Exa. estava apresentando o caso. Nós estávamos ali acabando de fechar um acordo com relação aos condomínios para podermos pedir a votação. Não era nenhum despreço à sua figura, que é querida por todos nós. Nosso hábito é ouvir tudo aquilo que os colegas falam. Mas o tempo urge, e eu, na qualidade de Líder de Governo, tinha que conversar com a Líder da Oposição para fechar o acordo a fim de encaminharmos essa votação.

Sr. Presidente, constatei pelas assinaturas que já se encontram presentes na Casa 16 Deputados. Sei que muitos colegas estão nos gabinetes à espera do início da votação propriamente dita. Queremos priorizar as questões relativas aos condomínios para que os que se encontram aqui na tarde de hoje possam ter sua questão resolvida e não passem tanto tempo aqui. Apelo neste momento para os colegas que ainda estão nos gabinetes, como os Deputados Benício Tavares, Dr. Charles – este, assim que foi chamado, já se encaminhou para cá – e outros para que venham ao plenário para darmos início à votação. Para a apreciação de vetos, precisamos evidentemente de *quorum*. Este é o meu apelo. Peço aos assessores dos Deputados que telefonem, caso seu Parlamentar não se encontre no plenário.

Se começarmos a votação agora, poderemos, Deputado Raad Massouh, na tarde de hoje, liquidar a questão da análise dos vetos ao PDOT. Essa é uma meta traçada por nós. Então, sem mais delongas, não me aprofundarei em qualquer outro assunto para dar preferência à análise dos vetos ao PDOT.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   09   2009	15h30min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou insistir para que votemos o Item nº 13, o projeto de lei do Riacho Fundo II que corrige aquela lei. Hoje mesmo, estive com alguns empresários que já foram notificados para pararem as suas obras.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Milton Barbosa, da minha parte não existe dificuldade. Faça um acordo com a Liderança.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, no intervalo da apreciação de um desses vetos, vou pedir à nossa Líder que façamos a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Faça o acordo.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, pessoas presentes na galeria, tentarei ser breve para que tudo possa ser votado, pois defendo a votação de todos os projetos a fim de que se limpe a pauta.

Sr. Presidente, não posso deixar de falar de uma questão nesta tarde de hoje. Trata-se de uma questão por mim abordada repetidas vezes nesta tribuna, nesta Casa legislativa, mas tenho obrigação de voltar a esse assunto sem medo de ser repetitivo. Como não se soluciona esse problema, tenho que novamente falar sobre ele.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, acho um absurdo que o Distrito Federal tenha a quantidade de cargos comissionados que tem. Mais uma vez tenho que vir a esta tribuna para defender a redução do número de cargos comissionados no Governo do Distrito Federal. É inconcebível, inadmissível, que a França tenha 4.800 cargos comissionados, que os Estados Unidos inteiro tenham 5.600 cargos comissionados e que o Distrito Federal, que é pequenininho, tenha 15.553. Isso é quase uma estatização de cabos eleitorais.

Dinheiro público não é para isso. Dinheiro público é para se gastar de forma precíua na Educação, na Saúde e na Segurança Pública. É preciso se concentrar na devolução de serviços públicos de qualidade nessas 3 áreas. É para isso, Sr. Presidente, que serve o dinheiro do contribuinte. As pessoas suam para pagar ao Estado seus impostos e não têm serviços de qualidade em troca. Se perguntarmos para qualquer cidadão do Distrito Federal se a Saúde Pública está em bom estado, duvido que uma pessoa sã diga que a Saúde Pública está bem.

E a Segurança? Então, para que serve o Estado? Noventa e um por cento do que o Estado arrecada são gastos com as atividades meio do Estado, com o custeio da própria máquina do Estado. Isso é um absurdo! O Estado gasta muito com as atividades meio e pouco com as atividades fim. É preciso mudar isso. Agora, parece que ninguém ouve mesmo! Então, não tem jeito. Infelizmente, a situação é muito complicada, mas é dinheiro público! De quem é esse dinheiro? Justifica termos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   09   2009	15h30min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

15.553 cargos comissionados no Distrito Federal, com a Saúde e a Educação estando assim? Na minha opinião, não. Fora que a indicação é mais por critérios político-partidários do que pela qualificação técnica do seu ocupante. É preciso, Sr. Presidente, mudar.

Então, mais uma vez, venho a esta tribuna para defender uma redução brutal no número de cargos comissionados pelo Governo do Distrito Federal. O Distrito Federal, que deveria ser exemplo para o País, pois é a Capital da República e tem um Governo que fala em legalidade, poderia dar este exemplo: criar um Governo moderno, reduzir isso em 80%, criar uma máquina mais enxuta que devolva serviços públicos de qualidade para o contribuinte que paga seus impostos com tanto suor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, apoiamos a regularização e que as promessas sejam cumpridas quanto à Estância Quintas do Alvorada. Ainda na década de 90, foi dito que haveria um processo de regularização e houve uma solicitação do Governo à época para que não houvesse construções. Hoje, após ir várias vezes à Terracap tentando buscar a regularização, escutamos da Terracap a seguinte posição: quem estava com construções até 2007 teria a situação regularizada e os demais lotes seriam postos a venda por meio de licitação. Achamos que é injusto. Se o Governo diz que há pessoas com 30, 40, 50 lotes, que estas sejam penalizadas, mas não quem comprou um lote e seguiu a recomendação do Governo para não construir. Este não pode ser penalizado.

Nesta lógica de raciocínio, no entendimento que tenho do valor que tem a nossa casa, no entendimento do que dizem os antropólogos, nossa casa é o lugar onde somos nós mesmos. É o lugar onde nos sentimos pertencentes a algo, porque na rua somos anônimos; em casa somos pessoas com história, com sentimentos. E a comunidade Estância Quintas do Alvorada tem sido penalizada porque sua casa já não é o local de tranquilidade. Ora se derrubam guaritas, ora se ameaça, ora se diz que vão tirar os muros, e a comunidade vive sobressaltada. Há coisas na vida da gente que ficam gravadas na nossa retina, como, por exemplo, a fala de uma criança que acha que, ao chegar algum carro, este será promotor de violência contra sua própria casa. E que diz: “Eu não sei se quero voltar para casa”, depois de ter sido brutalmente agredida ao ver cenas de destruição da sua própria casa. Isso tem um efeito de desconstrução de cidadania e de tranquilidade.

Com essas palavras, para que não pare nenhuma dúvida, queremos que sejam regularizados os lotes de quem comprou de boa-fé, construindo ou não construindo a sua casa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   09   2009	15h30min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

Quero chamar a atenção para a discussão que vamos ter neste momento. No art. 117 do PDOT está dito: "A estratégia de regularização fundiária visa a adequação de assentamentos informais, preexistentes as conformações legais, por meio de ações prioritárias nas áreas de regularizações indicadas no Anexo II, Mapa 2, Tabelas 2A, 2B e 2C desta Lei Complementar". Esse artigo diz que as áreas que estão no anexo serão prioritárias no processo de regularização. Ao olhar o anexo, veremos a região onde se encontra o Condomínio Estância Quintas da Alvorada, chamado de Setor Habitacional São Bartolomeu.

O art. 134, que sofreu 5 vetos, inclusive em relação ao Setor Habitacional São Bartolomeu – eu gostaria que todos ficassem atentos –, diz: "A estratégia de oferta de áreas habitacionais tem o objetivo de atender a demanda habitacional a partir de projetos e programas de iniciativa pública voltados a diferentes faixas de renda". Esse artigo já diz que se tem de ofertar terras para atender a uma demanda habitacional do Distrito Federal de todas as faixas de renda, a partir de projetos públicos. E o art. 135 discrimina quais são essas áreas. Ali está o Setor Habitacional São Bartolomeu – vetado –, que inclui o Condomínio Estância Quintas da Alvorada.

O artigo diz que o Setor Habitacional São Bartolomeu estará na estratégia de oferta de áreas para atender a demanda habitacional com projetos públicos. Não se inclui a regularização do condomínio. Se essa regularização fosse incluída, haveria coadunação com isto que foi dito pela Terracap: onde houver casa, ela permanecerá e será regularizada até 2007. As demais áreas serão ofertadas para atender a demanda habitacional por meio de licitações.

Quero alertar os Deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Erika Kokay, vou conceder mais um minuto para que V.Exa. conclua o seu pronunciamento.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Eu quero dizer que as áreas que constam no art. 135 são, praticamente quase todas, áreas vazias, ainda vão ser criadas. Por exemplo, há o Catetinho, somos contra a criação desta área, e várias áreas, grande parte delas vazias.

Quando nós nos referimos ao Setor Habitacional São Bartolomeu, Estância Quintas da Alvorada, vou dizer qual é o meu temor. Temho que, ao derrubar o veto, o Governo diga: passa a ser para oferta de demanda habitacional. Vamos vender as áreas e os lotes que estão vazios.

Gostaria de discutir com os Parlamentares. Não temos nenhuma dificuldade em derrubar o veto, se isso ajudar a comunidade, mas eu desconfio de que isso não está claro nesta redação que li para vocês. Aqui houve o veto para que essa área seja ofertada a demandas habitacionais.

Muito obrigada.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   09   2009	15h30min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero comunicar a V.Exa. que eu vou abrir mão da minha fala como Líder do Democratas. Atendendo a um pedido do Presidente desta Casa, Deputado Leonardo Prudente, abro mão da minha fala nos Comunicados de Parlamentares. Peço a todos os Parlamentares que também abram mão da fala, para que possamos começar a votar o veto que interessa às pessoas que estão aqui, porque precisam sair da Casa com algo positivo.

Eu gostaria de cumprimentar o Deputado Dr. Charles pelo pronunciamento que fez na televisão sobre o Taguapark. Na ocasião, ele defendeu a criação deste parque em Taguatinga. Quero cumprimentá-lo por este brilhante programa. Realmente Taguatinga e Vicente Pires, hoje, têm um representante à altura. O programa, que foi muito bonito, mostrou um jovem defensor que atua em todas as áreas. Eu sugiro até que os Deputados – como o Deputado Raad Massouh, o Deputado Raimundo Ribeiro, que são da área de Sobradinho, dessa região – fiquem de olho, porque no dia em que surgir uma lagoa em Sobradinho, evidentemente o Deputado Dr. Charles poderá estar por perto. Cuidado!

Grande abraço.

DEPUTADO DR. CHARLES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria agradecer o Deputado Geraldo Naves por lembrar este assunto.

Eu acho que é dever do Parlamentar, principalmente das nossas bases, citar algumas coisas que fazemos. Trabalhamos muito, uns 20 anos, para que fosse criado o Taguapark, mas não fui o único a trabalhar nesse projeto. Também participaram dele o Deputado Benedito Domingos, o Deputado Bispo Renato e muitos outros, como o Deputado Geraldo Naves.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Raad Massouh.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa-tarde a todos. Eu quero aproveitar para dirigir, rapidamente, algumas palavras a todos vocês moradores do Condomínio Estância Quintas da Alvorada. Vocês estão de parabéns.

Eu conheço o processo do Estância Quintas da Alvorada desde o seu início. Tentei evitar a derrubada da guarita na época, e muitos se lembram de mim, pois



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   09   2009	15h30min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

estive lá *in loco*. Disse ao Governador que aquelas casas eram antigas quando quiseram demoli-las. Mas, em um determinado momento do jogo, vocês são testemunhas, o Deputado Raad Massouh começou a incomodar. Algumas pessoas do condomínio tinham outra visão. Quando vieram aqui com o trio elétrico fazer aquela manifestação ordeira, eu tive a lucidez e a ética de não concordar com o que estava sendo dito em cima do trio elétrico. Eu disse que pessoas não estavam querendo regularizar as casas dos que já moram no Estância Quintas da Alvorada, estavam tentando regularizar novas áreas e novos condomínios.

Vocês estão de parabéns. Fico feliz quando vejo que há pessoas realmente sérias e moradoras daquele condomínio. Vocês têm o meu apoio. Tenho certeza de que com a seriedade do Condomínio Estância Quintas da Alvorada, ninguém se oporá a derrubar o veto, porque a verdade está do lado de vocês.

Muito obrigado. Boa-tarde.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Indago aos Srs. Deputados se podemos encerrar os Comunicados de Parlamentares para entrar na pauta do dia, haja vista que as pessoas do Condomínio Estância Quintas da Alvorada estão esperando uma resposta desta Casa. Consulto os Deputados se podemos abrir mão dos nossos pronunciamentos.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Charles.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, imprensa, pessoal da galeria, boa-tarde a todos. Lembro que está em curso no Distrito Federal o boicote dos pediatras que atuam nos hospitais particulares. Eles simplesmente pensaram que poderiam parar de atender e entrar em greve. É bem verdade que eles estão há vários anos pedindo por um aumento no valor das consultas. Os planos de saúde, que são os que realmente ganham muito dinheiro, fazem com que os médicos trabalhem diuturnamente, ganhando muito pouco. Agora, quem sofre mais, na realidade, não é o médico, não é o plano de saúde, mas sim as nossas crianças e a nossa cidade. Estamos tentando mediar um acordo para resolver essa situação.

Se você tiver um plano de saúde, levar a sua criança para uma consulta e lhe for cobrado algum valor, deve imediatamente pedir a nota para cobrar o reembolso desse plano. Não é justo que nossas crianças sofram desse jeito. Temos de encontrar um acordo. Plano de saúde não pode ganhar dinheiro desse jeito e deixar a população à mercê. Realmente vamos protestar todas as vezes que se fizerem necessárias. Estamos buscando uma mediação.

Outra questão é sobre a Fundação Hospitalar. Às vezes, querem trazer umas OS para tomar conta da Saúde do Distrito Federal, a fim de privatizarem ou terceirizarem o sistema de saúde da cidade. Tenho dito que sou absolutamente contra isso. Lembrei ao Governador que pode haver uma alternativa altamente plausível, que resolva os nossos problemas. Podemos fazer uma fundação hospitalar



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   09   2009	15h30min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

de caráter público, que dê agilidade e seja respeitada. Senão, gastam-se mais de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) para se construir um hospital e concedem-se mais de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) para uma fundação tomar conta dos hospitais por um ano. Ora, até eu quero uma coisa assim: pegar o dinheiro público e colocar no meu bolso para gerenciar hospitais públicos. Não é cabível isso!

Também quero defender a Emenda nº 29. A Saúde sempre teve os aportes de dinheiro, porém esse dinheiro não vai para atividade fim. O valor pode ir para programa de bolsa-escola, bolsa-saúde. Isso não é atividade fim. Temos de apoiar a Emenda nº 29, para que esse dinheiro vá aos hospitais, ao atendimento público. Todos temos de apoiar a Emenda nº 29, para que nosso desejo se concretize. Falo isso ao Secretário de Saúde, que participa da discussão, para que S.Exa. possa dar apoio à aprovação dessa emenda.

Finalizando, quero dizer ao pessoal dos condomínios que vocês têm o nosso apoio nessa luta. Brasília precisa dar, definitivamente, um rumo a essa questão, para que vocês morem com dignidade.

Parabéns a todos vocês!

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Estão encerrados os Comunicados de Parlamentares.

Dá-se início à

#### ORDEM DO DIA.

Item nº 1, Subitem nº 25:

Apreciação do veto parcial ao art. 135, inciso XXXVII, do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que “aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal e dá outras providências”.

Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação do Subitem 25, o encaminhamento é pela derrubada do veto. Portanto o voto é “não”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   09   2009	15h30min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   09   2009	15h30min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	18



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA 02/09/2009

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL  VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): marc XXXVII do Art. 135

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 46/07

PROJETO DE LEI Nº(S)

Autor: Deputado(a):

Relator: Deputado(a): Rogério Ulysses

Executivo

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP		X			
	BENEDITO DOMINGUES - PP		X			
	BENÍCIO TAVARES - PMDB		X			
	BISPO RENATO - PR		X			
	BRUNELLI - DEM					
	CABO PATRÍCIO - PT				X	
	CHICO LEITE - PT				X	
	CLAUDIO ABRANTES - PPS		X			
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB		X			
	DOUTOR CHARLES - PTB		X			
	ÉRIKA KOKAY - PT		X			
	EURIDES BRITO - PMDB		X			
	GERALDO NAVES - DEM		X			
	JAQUELINE RORIZ - PSDB				X	
	MILTON BARBOSA - PSDB		X			
	PAULO TADEU - PT				X	
	PEDRO DO OVO - PMN				X	
	RAAD MASSOUH - DEM		X			
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL		X			
	REGUFFE - PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES - PSB				X	
	RÔNEY NEMER - PMDB		X			
	WILSON LIMA - PR		X			
	LEONARDO PRUDENTE - DEM		X			
	TOTAL	01	16		07	

ASSP \_\_\_\_\_ SECRETÁRIO DEP. Rogério Ulysses ASSP Nº \_\_\_\_\_  
Fls.º \_\_\_\_\_

VOTOS "SIM"	01	VETO MANTIDO	
VOTOS "NÃO"	16	VETO REJEITADO	X
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	07		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   09   2009	15h30min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos contrários e 1 voto favorável. Houve 7 ausências.

Total de votantes: 17.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe, para declaração de voto.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas registrar que a minha posição é contra o projeto do PDOT. Foi dessa forma que votei. Trata-se de um projeto que, na minha opinião, só privilegia a especulação imobiliária do Distrito Federal. Em nada ele tem a ver com a reivindicação do pessoal que está aqui na galeria, que é justa, legítima, histórica e nada tem a ver com os interesses comerciais de quem quer construir o Setor Noroeste, em detrimento da questão ambiental. Por uma questão de coerência, porque sou contra o projeto do PDOT, não contra a questão específica deles, faço esse registro.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay, para declaração de voto.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, votamos pela derrubada do veto porque temos um compromisso e achamos justa a reivindicação da comunidade do Estância Quintas do Alvorada. Achamos que essa comunidade está sofrendo desnecessariamente, sendo vitimada por uma insegurança. Por isso, votamos pela derrubada do veto.

Entretanto, apesar do compromisso que foi feito com o Governo do Distrito Federal de vender a gleba, fazer o projeto urbanístico e, posteriormente, regularizá-la, insto esta Câmara e os Deputados a que acompanhem isso passo a passo, até que tenhamos realmente a regularização. É um compromisso nosso. O que está colocado no art. 135 é que essa área será ofertada para cumprir uma demanda habitacional. Como há um compromisso do Governo com vários Parlamentares e a comunidade, votamos pela derrubada do veto. Ficaremos vigilantes. Só vamos descansar quando a comunidade tiver assegurado o seu lote, a sua casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer, para declaração de voto.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votei pela derrubada do veto por acreditar que desenvolvemos uma tese com o objetivo da regularização, em uma reunião onde estivemos presentes eu, o Deputado Leonardo Prudente, o Deputado Raimundo Ribeiro, o ex-Deputado Tadeu Filippelli, o Deputado Bispo Robson Rodvalho, o Sr.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   09   2009	15h30min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

José Humberto, o Governador Arruda e representantes da Terracap. Considero que regularização também é oferta habitacional. Como arquiteto urbanístico – eu e a minha assessoria –, sou pela derrubada. Quanto mais contemplado estiver o São Bartolomeu, melhor para o pessoal do Quintas da Alvorada, que também estará.

Cabe à Câmara Legislativa cobrar do Governo o compromisso firmado com os Parlamentares desta Casa. Por isso votei pela derrubada e acredito que seremos vitoriosos. Acho que eles merecem o mesmo tratamento dispensado aos condomínios.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito, para declaração de voto.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, dentro desse assunto, quero dizer que há um consenso por essa regularização. Todos nós, moradores do Distrito Federal, sabemos que aquilo ali, as pessoas compraram de boa fé, estão trabalhando e merecem que o condomínio seja regularizado.

Aqui foi dito há pouco, e não me lembro exatamente por quem, que a pessoa é contra o PDOT, mas a favor da regularização do condomínio. Eu queria dizer que o PDOT é um instrumento necessário para a regularização dos condomínios. Então nós não podemos ter uma atitude diferente, contra uma coisa e a favor de outra.

Estou votando e encaminhando a votação claramente a favor da regularização do Estância Quintas da Alvorada, inclusive contrariando setores governamentais que sugeriram o veto, porque nós não podemos trabalhar com medidas diferentes mediante um fato concreto: uma população ordeira que ali reside. Está tudo bem, mas tudo isso pode acontecer graças à votação do PDOT.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito que seja computado o meu voto pela derrubada do veto. Eu não estava em plenário no momento da votação, mas em solidariedade à causa do Condomínio Estância Quintas da Alvorada, cujos moradores tive a oportunidade de ouvir em vários momentos, e por conhecer de perto o problema da localidade, eu gostaria de computar o meu voto pela derrubada do veto.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   09   2009	15h30min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o próximo subitem é o nº 26, e há consenso com o Partido dos Trabalhadores – busco referência ao Deputado Reguffe quanto ao consenso – para manutenção dos vetos relativos aos subitens nºs 26 e 27. Havendo consenso absoluto, solicito a votação em bloco dos referidos subitens.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nós estamos de acordo em analisar conjuntamente os dois vetos ao art. 148 do PDOT.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Passaremos à apreciação em bloco dos seguintes vetos:

Subitem nº 26:

Apreciação do veto ao art. 148, inciso III, alínea x ao Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que “aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal e dá outras providências”.

Subitem nº 27:

Apreciação do veto ao art. 148, § 5º do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que “aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal e dá outras providências”.

Em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nós trabalhamos e defendemos a manutenção do veto porque o artigo vetado cria um regularizador social, que pode ser uma pessoa física ou jurídica interessada em promover a regularização de parcelamentos em áreas urbanas de propriedade particular por meio de negociação amigável.

Sr. Presidente, isso não existe! O regularizador social, pessoa física ou jurídica que vai mediar uma negociação, não existe! Está correto o veto, porque nós temos definições já contidas no Estatuto das Cidades para o instrumento do urbanizador social na vertente da produção, na vertente da regularização de habitação de interesse social. Então não há por que haver um agente específico criado para mediação da regularização. Por esses motivos, porque achamos que a legislação já supriu todas as lacunas para que se possa estabelecer o procedimento



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   09   2009	15h30min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

de regularização, inclusive de áreas de interesse social, é que nós estamos de acordo em manter o veto do Governo e votar “sim”, no que, me parece, há acordo com a base do Governo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, por coerência, vou votar pela manutenção do veto porque eu considero este projeto do PDOT absurdo. Eu já falei aqui no item anterior e volto a dizer.

Agora, com relação a este item específico, ao contrário do item anterior, em minha opinião, ele nem se justifica. Esta questão do regularizador social é quase a legalização do grileiro. Isso, em minha opinião, é inaceitável. Então, se no item anterior havia uma reivindicação legítima e justa, neste não há. Em minha opinião, esse regularizador social é a legalização do grileiro, por isso votarei pela manutenção do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência informa a todos os Deputados que estamos apreciando, em bloco, os vetos ao art. 148, III, x, e ao art. 148, § 5º do PDOT.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação dos vetos.

Os vetos exigem, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando os vetos; os que votarem “não” estarão rejeitando-os.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trata-se do Subitem nº 26, veto ao art. 148, III, x, e do Subitem nº 27, veto ao art. 148, § 5º. Estamos votando os dois em bloco. O encaminhamento é pela manutenção. Portanto, o voto é “sim”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   09   2009	15h30min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	23



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 02/09/2009

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL  VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): Alínea X, inciso III do Art. 148  
§ 5º do art. 148

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 46/07

PROJETO DE LEI Nº(S)

Autor: Deputado(a):

Executivo

Relator: Deputado(a): Rogério Ulysses

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP	X				
	BENEDITO DOMINGUES - PP	X				
	BENÍCIO TAVARES - PMDB	X				
	BISPO RENATO - PR	X				
	BRUNELLI - DEM				X	
	CABO PATRÍCIO - PT				X	
	CHICO LEITE - PT				X	
	CLAUDIO ABRANTES - PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB	X				
	DOUTOR CHARLES - PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY - PT	X				
	EURIDES BRITO - PMDB	X				
	GERALDO NAVES - DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ - PSDB				X	
	MILTON BARBOSA - PSDB	X				
	PAULO TADEU - PT				X	
	PEDRO DO OVO - PMN				X	
	RAAD MASSOUH - DEM				X	
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL	X				
	REGUFFE - PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES - PSB	X				
	RÔNEY NEMER - PMDB				X	
	WILSON LIMA - PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE - DEM	X				
	TOTAL	16			08	

ASSP \_\_\_\_\_ SECRETÁRIO DEP. Bispo Renato ASSP \_\_\_\_\_  
Fls.º N° 1

VOTOS "SIM"	16	VETO MANTIDO	<input checked="" type="checkbox"/>
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	<input type="checkbox"/>
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	08		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   09   2009	15h30min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

Total de votantes: 16.

Ficam mantidos os vetos.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito que seja lido um requerimento de minha autoria e do Deputado Milton Barbosa sobre uma justa homenagem à DRS e à DOE da Polícia Civil.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 162 - Suplemento, de 09/09/2009, juntamente com a ata sucinta da 73ª Sessão Ordinária.)

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estamos buscando um encaminhamento para dar celeridade ao processo de votação. Então, solicito a compreensão de V.Exa. para que possamos pular os subitens nºs 28 e 29, momentaneamente, e passemos à votação, em bloco, dos subitens nºs 30 e 31, para os quais já há consenso com a Oposição.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Apreciação, em bloco, dos seguintes subitens:

Subitem nº 30:

Apreciação do veto ao art. 250, parágrafo único, do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que “aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal e dá outras providências”.

Subitem nº 31:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   09   2009	15h30min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

Apreciação do veto ao art. 259, § 5º, do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que “aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal e dá outras providências”.

Em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o art. 250, parágrafo único, refere-se às penalidades administrativas, sem prejuízos das sanções e legislações federais. Isso nos parece muito importante porque, até hoje, não houve punição aos agentes administrativos que descumpriram o Plano Diretor e causaram sérios riscos ao meio ambiente e à sociedade, com invasões de áreas públicas e descumprimento de legislação. O que é visto é um permanente processo de perdão aos infratores com o projeto de regularização de uso desconformes.

Então, não adianta estabelecer leis, diretrizes para ordenar, para impedir a ocupação desordenada que tem impactos em todas as políticas públicas, que tem impactos no meio ambiente, que tem impactos nítidos na qualidade de vida, se estabelecemos as legislações, e existem legislações federais – isso também ocorre com a Lei Orgânica do Distrito Federal – , ou seja, uma série de leis que estabelecem penalidades que, em verdade, não são aplicadas. Portanto, o que mais estimula ações que conflitam com a lei é a impunidade!

Por isso, quando temos um artigo como o 250, que estabelece penalidades administrativas, portanto, no Poder do Executivo, nós temos que manter esse artigo; com isso, votaremos pela derrubada do veto a este artigo, bem como ao art. 259, § 5º, que trata das infrações administrativas a serem aplicadas.

Mais uma vez, somos pela derrubada do veto ao art. 250, parágrafo único, e ao art. 259, § 5º, porque têm que permanecer, uma vez que estabelecem condições de penalidades administrativas para quem entrar em conflito com a lei na ocupação do solo e na manutenção da vida.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão mantendo o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   09   2009	15h30min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estamos votando em bloco os subitens nºs 30 – alusivo ao art. 250, parágrafo único – e 31, alusivo ao art. 259, § 5º. O nosso encaminhamento é pela derrubada do veto aos 2 artigos, ou seja, o voto é “não”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito aos Srs. Deputados que se façam presentes no plenário, pois será iniciada a votação agora.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
02   09   2009	15h30min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	27



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 02/09/2009

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL  VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): parágrafo único de Art. 250; 45º de Art. 259 -

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 46/07

PROJETO DE LEI Nº(S)

Autor: Deputado(a):

Executivo

Relator: Deputado(a): Rogério Ulysses

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP		X			
	BENEDITO DOMINGUES - PP		X			
	BENÍCIO TAVARES - PMDB		X			
	BISPO RENATO - PR		X			
	BRUNELLI - DEM		X			
	CABO PATRÍCIO - PT				X	
	CHICO LEITE - PT				X	
	CLAUDIO ABRANTES - PPS		X			
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB				X	
	DOUTOR CHARLES - PTB		X			
	ÉRIKA KOKAY - PT		X			
	EURIDES BRITO - PMDB		X			
	GERALDO NAVES - DEM		X			
	JAQUELINE RORIZ - PSDB				X	
	MILTON BARBOSA - PSDB				X	
	PAULO TADEU - PT				X	
	PEDRO DO OVO - PMN				X	
	RAAD MASSOUH - DEM				X	
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL		X			
	REGUFFE - PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES - PSB		X			
	RÔNEY NEMER - PMDB		X			
	WILSON LIMA - PR		X			
	LEONARDO PRUDENTE - DEM				X	
	<b>TOTAL</b>	01	13		10	

ASSP	SECRETÁRIO DEP. <u>Bruno Pereira</u>	ASSP Nº <u>1</u>
------	--------------------------------------	------------------

VOTOS "SIM"	01	VETO MANTIDO	
VOTOS "NÃO"	13	VETO REJEITADO	X
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	10		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   09   2009	15h30min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 1 voto favorável e 13 votos contrários.

Total de votantes: 14.

Foram rejeitados os vetos ao parágrafo único do art. 250 e ao § 5º do art. 259.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Deputado Batista das Cooperativas, quanto ao acordo, dá-se sequência à pauta?

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, dá-se sequência à pauta. Nós apreciamos agora os subitens nºs 30 e 31. Há consenso para que votemos em bloco o subitem nº 32, veto ao art. 280, e o subitem nº 36, veto ao art. 290, pela manutenção do veto em ambos.

Então, peço a V.Exa. inversão de pauta quanto ao subitem nº 36, veto ao art. 290, para votarmos agora os subitens 32 e 36, pela manutenção dos vetos, já que há consenso.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Para não haver equívoco, gostaria de repetir o resultado para que, mais uma vez, ficasse registrado nas notas taquigráficas. Houve 13 votos “não”, 1 “sim” e 10 ausências. Portanto, o veto não foi mantido.

Apreciação, em bloco, dos seguintes subitens:

Subitem nº 32:

Apreciação do veto ao art. 280, inciso III, do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que “aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal e dá outras providências”.

Subitem nº 36:

Apreciação do veto ao art. 290 do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que “aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   09   2009	15h30min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o encaminhamento é pela manutenção, portanto, pelo voto “sim”.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, há também oposição nesta Casa, que neste exato momento tem a mesma posição do Governo, então nossa orientação também é pela manutenção, ou seja, pelo voto “sim”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
02   09   2009	15h30min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	30



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 02/09/2009

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL  VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): *manus III do Art. 280 ; Art. 290*

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) *46/07*

PROJETO DE LEI Nº(S)

Autor: Deputado(a):

Executivo

Relator: Deputado(a): *Rogério Ulysses*

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP	X				
	BENEDITO DOMINGUES - PP	X				
	BENÍCIO TAVARES - PMDB	X				
	BISPO RENATO - PR	X				
	BRUNELLI - DEM				X	
	CABO PATRÍCIO - PT				X	
	CHICO LEITE - PT				X	
	CLAUDIO ABRANTES - PPS				X	
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB				X	
	DOUTOR CHARLES - PTB				X	
	ÉRIKA KOKAY - PT	X				
	EURIDES BRITO - PMDB	X				
	GERALDO NAVES - DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ - PSDB				X	
	MILTON BARBOSA - PSDB	X				
	PAULO TADEU - PT				X	
	PEDRO DO OVO - PMN				X	
	RAAD MASSOUH - DEM				X	
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL	X				
	REGUFFE - PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES - PSB	X				
	RONEY NEMER - PMDB	X				
	WILSON LIMA - PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE - DEM	X				
	<b>TOTAL</b>	<b>15</b>			<b>09</b>	

ASSP \_\_\_\_\_ SECRETÁRIO DEP. *Bispo Renato* ASSP Nº \_\_\_\_\_  
Fls. ° \_\_\_\_\_

VOTOS "SIM"	15	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	09		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   09   2009	15h30min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis.

Total de votantes: 15.

O veto parcial apostado ao inciso III do art. 280 e ao art. 290 do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007, foi mantido.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Deputado Batista das Cooperativas, V.Exa. chegou a um acordo para a votação?

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o encaminhamento é para que o próximo item a ser apreciado seja o Subitem nº 37, o art. 291.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo para não apreciarmos hoje o veto ao art. 291, a fim de que possamos estabelecer uma discussão mais aprofundada sobre a matéria.

O art. 291 versa sobre a obrigatoriedade de o Governo encaminhar para esta Casa as poligonais em um prazo de 60 dias, que pode ser flexibilizado. Temos que conhecer essas poligonais. É tirar uma prerrogativa da Câmara Legislativa! A Câmara Legislativa não pode aprovar um PDOT sem saber quais são os seus limites, sem saber onde começa e onde termina a área.

Estamos abrindo um precedente muito perigoso, porque vai chegar a esta Casa a Lei de Uso e Ocupação do Solo. Se nós nos privarmos agora das poligonais, na Lei de Uso e Ocupação do Solo, o Governo se sentirá no direito de não enviar as poligonais para esta Casa. Portanto, trata-se de uma prerrogativa da Câmara Legislativa que extrapola as visões partidárias, extrapola o fato de sermos Oposição ou Situação.

Então, proponho a retirada dessa matéria da votação, e proponho a apreciação do crédito e das moções sugeridas a partir da fala do Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já havia uma solicitação por parte desta Liderança no sentido de apreciarmos o Subitem nº 37, mas buscamos atender a sugestão da Deputada Erika



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   09   2009	15h30min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

Kokay, até para mostrar a boa vontade da Situação desta Casa e, gentilmente, contrapor o que S.Exa. mencionou quanto ao fato de não respeitarmos a Oposição. Respeitamos, sim. Eu acho que no Parlamento tem que haver esse nível de diplomacia, de conversa. O Parlamento é isso.

Portanto, buscando a anuência da nossa Líder e do nosso Presidente, nós concordamos em não votar esse subitem. Vamos parar agora a apreciação dos vetos do PDOT para apreciarmos o crédito. Para encaminhamento, Sr. Presidente, trata-se do Projeto de Lei nº 1.364, de 2009.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Incluo na pauta de hoje, como item extrapauta, o Projeto de Lei nº 1.364, de 2009.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.364, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 12.955.000,00 (doze milhões novecentos e cinquenta e cinco mil reais), para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente Orçamento”.

A Presidência designa o Deputado Cristiano Araújo para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria. Foram apresentadas 2 emendas. O Relator deverá se manifestar sobre o projeto, bem como sobre as 2 emendas de Plenário.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.364, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 12.955.000,00 (doze milhões novecentos e cinquenta e cinco mil reais), para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente Orçamento”.

Foram apresentadas 2 emendas aditivas: a Emenda Aditiva nº 01, de autoria dos Deputados Cristiano Araújo e Leonardo Prudente; e a Emenda Aditiva nº 02, de autoria da Mesa Diretora.

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, somos pela admissibilidade do projeto de lei, com o acatamento das Emendas Aditivas nº 01 e nº 02.

É esse o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   09   2009	15h30min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados. Houve 1 voto contrário, da Deputada Erika Kokay.

Em discussão, em primeiro turno.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, passando rapidamente a vista pelo crédito, teoricamente não haveria nenhum problema, porque é da própria agência de comunicação para a agência de comunicação, porém, como não temos o hábito de analisar passando rapidamente a vista, mas temos o hábito de fazer uma avaliação mais apurada, vemos que há problema no crédito.

Ainda que seja uma publicidade para a própria agência de comunicação, transferência de uma para outra, está se retirando publicidade de utilidade pública e passando para publicidade institucional. Publicidade de utilidade pública significa o que é de bem público. Por exemplo, sugiro ao Governo que faça uma campanha de utilidade pública sobre a Lei Maria da Penha; sobre os direitos que temos cada um e cada uma de nós; sobre as formas de se evitar – o que já faz – a Gripe A, que está assolando esta cidade.

O Governo gastou na inauguração do Hospital de Santa Maria – em verdade, estavam funcionando até pouco tempo apenas 8% do Hospital – mais de 300 mil reais em um mês. O Governo gastou, para combater a greve dos professores – que aconteceu porque o Governo não cumpriu uma lei de sua própria iniciativa, que chegou a esta Casa pelas mãos, literalmente falando, do Governador –, mais de 2 milhões de reais em um mês.

O Governo tem por volta de 300 milhões para publicidade, mas nós não temos UTIs em quantidades suficientes; não temos condições de fazer transplantes de rins, e as pessoas estão morrendo; não temos estruturas públicas necessárias, mais baratas, portanto, para hemodiálise. O Governo gasta com hemodiálise privada 2 ou 3 vezes mais do que gastaria para suprir a rede pública de todas as condições de atender toda a demanda para a hemodiálise.

Então, nós não podemos votar a favor desse crédito. Tirar propaganda de utilidade pública para propaganda institucional – eu dei apenas alguns exemplos dessa propaganda institucional – tem o voto contrário daqueles que acham que já gastamos demais com publicidade, o que indica que, se as políticas públicas estão tão ruins, é porque é um Governo de marketing.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   09   2009	15h30min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados. Houve 2 votos contrários: do Deputado Reguffe e da Deputada Erika Kokay.

A Presidência convoca sessão extraordinária, a se iniciar logo após esta sessão, para votação do segundo turno, sem prejuízo da pauta desta sessão ordinária, dos requerimentos e das moções.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Solicito a V.Exa. que inclua na pauta da sessão extraordinária a moção elaborada a partir da fala do Deputado Milton Barbosa. Eu peço aos nobres Deputados que a assinem.

Solicito também, Sr. Presidente, que inclua na pauta da extraordinária requerimento que convida a administração do *shopping* a vir à Comissão de Direitos Humanos prestar esclarecimentos.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito que seja apreciada hoje uma moção que apresentei na sessão de ontem sobre o falecimento do Ministro Carlos Alberto Menezes Direito.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Já foi aprovada ontem.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 162 - Suplemento, de 09/09/2009, juntamente com a ata sucinta da 73ª Sessão Ordinária.)

Nada mais havendo a tratar, esta Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta, para apreciação do crédito, bem como das moções e requerimentos.

(Levanta-se a sessão às 17h14min.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   09   2009	15h30min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa* nº 166-Suplemento, de 15/9/2009.